

# Políticas de Gênero e Desenvolvimento em Cabo Verde

*Andréia Moassab<sup>1</sup>*

*Miriam Steffen Vieira<sup>2</sup>*

## **Resumo**

Desde a perspectiva de interseccionalidades como a relação entre distintos eixos de poder, este artigo apresenta uma análise sobre gênero e desenvolvimento nas áreas protegidas de Cabo Verde. Focalizaremos a perspectiva de mulheres moradoras em três áreas protegidas – o Parque Natural de Serra Malagueta, o Parque Natural do Fogo e o Parque Natural de Monte Gordo – em relação às ações governamentais e não-governamentais visando o “empoderamento” das mulheres. Para tanto, a análise está amparada em trabalho de campo desenvolvido no período entre outubro e novembro de 2010 e na realização de entrevistas com diferentes intervenientes nas políticas de desenvolvimento e populações alvo. Foram analisadas as formações e microcréditos oferecidos nos Parques.

**Palavras-chave:** gênero, desenvolvimento, Cabo Verde

1 Professora na UNILA, Doutora em Comunicação e Semiótica, amoassab@gmail.com

2 Professora na UNISINOS, Doutora em Antropologia Social, miriamsteffen@gmail.com

# Gender policies and development in Cabo Verde

## Abstract

Since intersectionality perspective as the relationship between different axes of power, this paper presents an analysis of gender and development in protected areas of Cape Verde. We will focus on the perspective of women living in three protected areas - Parque Natural de Serra Malagueta, Parque Natural do Fogo, and Parque Natural de Monte Gordo - for government and non-government aiming at the empowerment of women. To this end, it is supported on field work carried out between October and November 2010 and the completion of interviews with different actors in the development and target population policies. The training and micro-credits offered in the Parks were analyzed.

Keywords: gender, development, Cabo Verde.

## Introdução

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Desde a perspectiva de interseccionalidades como a relação entre distintos eixos de poder (Crenshaw, 2002), este artigo apre-

senta uma análise sobre gênero no meio rural de Cabo Verde<sup>3</sup>. Focalizaremos a perspectiva de mulheres moradoras em três áreas protegidas – o Parque Natural de Serra Malagueta, o Parque Natural do Fogo e o Parque Natural de Monte Gordo – em relação às ações governamentais e não-governamentais visando o “empoderamento”<sup>4</sup> das mulheres no âmbito das políticas voltadas à redução da pobreza no meio rural. Para tanto, está amparado em trabalho de campo desenvolvido no período entre outubro e novembro de 2010 e na realização de quarenta e oito entrevistas com diferentes intervenientes nas políticas de desenvolvimento e populações alvo.

Cabo Verde é um estado-arquipélago, está situado em meio ao oceano Atlântico, entre Brasil e África, há 455 km da costa do Senegal. O espaço territorial total equivale a menos de 0,5% do espaço marítimo: 4.033 km<sup>2</sup> contra 700.000 km<sup>2</sup>, respectivamente. O país é formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava. Colônia de Portugal, foi descoberto em 1460 e povoado por portugueses e africanos da costa adjacente, levados para o trabalho escravo em Cabo Verde ou para o tráfico negreiro. A independência do país se deu em 1975, portanto, trata-se de um processo recente de construção das instituições e políticas governamentais.

Tendo em vista a experiência colonial e a incipiente formação do Estado, buscamos apoio numa bibliografia crítica advinda da produção latino-americana sobre a descolonialidade (Quijano, 2005; Lugones, 2008) para analisar os nexos entre colo-

3 O estudo foi desenvolvido no final de 2010, como subsídio às políticas de desenvolvimento ligadas à Rede de Parlamentares para o Ambiente, Luta contra a Desertificação e Pobreza em Cabo Verde e Nações Unidas em Cabo Verde (Moassab e Vieira, 2010).

4 Estamos utilizando a noção de “empoderamento” como categoria nativa, utilizada no contexto de políticas voltadas à igualdade de gênero nas áreas de proteção ambiental, em Cabo Verde.

nialidade e gênero neste contexto específico das intervenções voltadas à igualdade de gênero no meio rural de Cabo Verde. Referenciamos em Aníbal Quijano (2005), segundo o qual o colonialismo apresenta efeitos, em termos de relações de poder, que se atualizam na contemporaneidade, o que o autor designou como “colonialidade do poder”. Seguindo essa proposta, María Lugones (2008), desde a perspectiva dos feminismos negros latino-americanos, argumenta que as interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade são dimensões fundamentais para uma análise da relação entre colonialidade e gênero.

Considerando o conceito de gênero tal como proposto por Joan Scott (1995, p. 86), para a qual “(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder,” buscamos analisar a forma como gênero e as suas interseccionalidades se fazem presentes neste processo singular.

Iniciamos com uma contextualização do tema em Cabo Verde para, posteriormente, apresentarmos os resultados do estudo relativo às percepções de mulheres alvo de políticas de desenvolvimento nos referidos Parques Naturais.

## Contextualizando o tema em Cabo Verde

De acordo com o último Censo (INE, 2011), a população de quase 492 mil habitantes é majoritariamente jovem (55% com menos de 24 anos) e fortemente marcada pelo desemprego, cuja taxa ronda os 25%. Em termos ecológicos e biogeográficos, Cabo Verde faz parte do sahel, localizando-se no prolongamento de uma vasta zona árida e semi-árida que atravessa o continente africano, com chuvas escassas e mal distribuídas e, em função disto, passou por várias crises de fome ao longo da história.

As restrições territoriais somadas à escassez de água resultam em elevada pressão sobre os principais recursos naturais: solo, água, biomassa vegetal e animal, assim como a falta de emprego estão na base de atividades econômicas que utilizam a extração de inertes: a “apanha de areia”<sup>5</sup> e a coleta de lenha.

Por exemplo, a areia é um dos materiais mais utilizados na construção civil, atividade econômica que vem crescendo desde os anos 1990. É nesse mesmo período de aumento do consumo de cimento e areia no país que o governo nacional passa a apostar no setor turístico como importante pilar econômico para o país. O turismo, especificamente de massa, tem sido um dos fortes indutores da efervescência da construção civil em Cabo Verde. Ao mesmo tempo, o governo tem apostado em consolidar Cabo Verde como um novo mercado turístico a ser explorado pelo Norte global, já que está próximo à Europa, possui clima ameno e recursos naturais bem conservados. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), elaborados em 1995 e em 2002, consideram o turismo um setor estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país, capaz de mobilizar e atrair recursos. Tal perspectiva economicista, há muito pautada por organismos internacionais de desenvolvimento, concebem o turismo como atividade “destinada a salvar as economias do Terceiro Mundo” (Barreto, 2003, p. 16). Por esse motivo, diversos são os incentivos para investimentos nessa área, a qual tem crescido consideravelmente no país, desde os anos 2000.

Todavia, a base economicista dos PNDs voltada para o mercado internacional tem ignorado os impactos locais da atividade turística de grande porte. Na literatura especializada, desde meados dos anos 1970, tem-se apontado “a ação predatória do turismo de massas, comparando os turistas com as hordas dos

5 Esta expressão é utilizada para referir o trabalho de extração de areia, especialmente do mar, mas também de rochas. Essa atividade é realizada majoritariamente por mulheres, na Ilha de Santiago.

povos bárbaros que deixavam um rastro de destruição” (Turner e Ash apud Barreto, 2003, p. 16). Se por um lado, os critérios de avaliação macroeconômicos (reiterados constantemente na comunicação social) mostram um crescimento econômico sem precedentes nos últimos anos, por outro lado, este modelo de desenvolvimento não incide sobre a redução das desigualdades.

No mesmo sentido, seguem os investimentos governamentais nas últimas duas décadas, os quais buscam atender demandas do empresariado internacional, com grandes somas direcionadas para as infraestruturas voltadas para operações de porte internacional (como os portos e aeroportos). No contexto deste trabalho, denominamos esses empreendimentos imobiliários internacionais, baseados numa ocupação extensiva e monofuncional do território, como “monocultura do turismo” (Moassab, 2012).

Em função disso, extensas áreas foram delimitadas como zonas de desenvolvimento turístico integral (ZDTIs): “áreas que por possuírem excelentes condições geográficas e valores paisagísticos têm especial aptidão para o Turismo” (Decreto Legislativo 2/93). Vale lembrar que da superfície nacional apenas 10% (cerca de 41.841ha) é destinado à agricultura, sendo o relevo montanhoso uma condicionante importante na exiguidade territorial para o plantio.

Nesse cenário, a população vê-se cada vez mais relegada a territórios de “sobra”, entre as condicionantes naturais do terreno, as ZTDIs e as áreas protegidas. A disputa territorial pelo acesso aos recursos naturais torna-se cada vez mais acirrada e discrepante entre os diversos atores sociais e econômicos. No que tange às questões de gênero, a desigualdade é ainda mais profunda uma vez que as melhores terras cultiváveis estão sob domínio masculino: 52% das terras de sequeiro e 77% daquelas em regime de regadio (MAA, 2004); numa economia fortemente embasada no setor primário: 23,3% da população economicamente ativa vive da agricultura, pesca e extrativismo (INE,

2000). Este é o segundo setor econômico mais forte no país, pouco atrás de comércio e serviços (26, 4%) (INE, 2000). Há, portanto, uma relação estrutural no país entre gestão ambiental e econômica, passando, necessariamente pelo atendimento de demandas sociais.

Além disso, importa destacar que a pobreza incide de forma mais vincada no meio rural do que no meio urbano: 62% dos cabo-verdianos pobres vivem no meio rural (INE, 2004), dado extremamente relevante no que concerne às áreas protegidas, uma vez que se localizam na zona rural. Ao mesmo tempo, é fora do meio urbano que estão as maiores taxas de analfabetismo, um dos seus mais cruéis reflexos. Ainda, em Cabo Verde, o analfabetismo tem “rosto (feminino) e endereço (rural)” (Souza, 2010).

Por conseguinte, não é possível tratar-se de gênero, desenvolvimento e meio ambiente sem abordar a educação das mulheres no meio rural nacional como um dos seus principais eixos estruturadores. A pobreza e a baixa escolaridade são uma das faces da violência de gênero no país, a qual vem sendo acrescida, com a atividade turística, de novas facetas, como o turismo sexual. Tal expressão raramente apareceu espontaneamente na pesquisa de campo, apenas nos momentos em que foram motivadas pelas pesquisadoras. Foi possível identificar diversas modalidades de relações afetivo-sexuais propiciadas pelo trânsito de pessoas nas áreas protegidas e pelo fluxo de estrangeiros, compreendendo namoros e casamentos, tanto para mulheres quanto para homens cabo-verdianos; assim como a presença de criminalidades neste âmbito e da circulação de um idioma que envolve interseccionalidades de gênero, de raça, sexualidades, diferenças etárias e de nacionalidades (Norte/Sul). A temática apresenta-se como instigante para aprofundamento, o que, no entanto, foge ao escopo deste artigo.

Neste texto, focalizamos os três parques nacionais com plano de gestão aprovado, com o objetivo de analisar os efeitos de

políticas governamentais e não governamentais nas estruturas das desigualdades de gênero. Da rede inicial nacional de Áreas Protegidas, distribuídas nas 10 ilhas e ilhéus do país, constam 47 áreas protegidas, entre parques e reservas naturais, paisagem protegida, reserva integrada e monumento natural. Esta análise incidirá sobre os parques naturais da Serra da Malaguetta (Ilha de Santiago), do Fogo (Ilha do Fogo) e do Monte Gordo (Ilha de São Nicolau), totalizando uma área de 10.195 hectares, distribuídos por oito concelhos municipais, em três ilhas. Abordaremos duas ações específicas voltadas ao “empoderamento” das mulheres: formações e microcrédito, oferecidas por organizações não governamentais e governamentais.

## A “era” dos projetos e formações

Durante o trabalho de campo, os termos extensivamente referidos em todas as entrevistas foram “projeto” e “formação”. Todas as ações sociais voltadas para a população das áreas protegidas e de amortização estavam pautadas pelos “projetos”. Isso significa uma circunscrição temporal e inúmeras lacunas entre um “projeto” e outro. De destacar que as práticas governamentais também estão colonizadas pelos “projetos”, não “apenas” enquanto terminologia, mas como prática de ação governamental.

A falta de continuidade dos projetos gera um cenário de incerteza e expectativa em todos os atores sociais: tanto nos que executam como nos beneficiários dos projetos: “neste momento estamos a ir menos [no parque] [...] o financiamento que tínhamos para trabalhar terminou [...] É sempre complicado chegar lá e as pessoas perguntarem das atividades. Quase nunca temos coisas para dizer” (direção de parque).

Importa ressaltar que a própria implantação dos Parques Naturais obedece à racionalidade dos “projetos”. Se inicialmente os estudos de implantação dos Parques estavam sob a respon-

sabilidade do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário de Cabo Verde (INIDA), ao entrar verba do Global Environmental Fund (GEF), a gestão dos projetos passou para a Direção Geral do Ambiente, a partir do recrutamento de consultores com expertise na matéria. Segundo o técnico entrevistado, esse modelo de gestão não cria uma memória institucional, sendo que os documentos não estão consolidados ou centralizados num local, o saber não passa para os técnicos das instituições e não ficam registrados os processos de trabalho.

Igualmente, foi verificada uma rotatividade entre os técnicos, sendo constantemente transferidos e, portanto, sem vínculos com a população dos parques. Numa das áreas protegidas, o parque não tem escritório próprio, mas partilha o espaço com um dos principais projetos de gestão do parque, sustentado com verba alemã, sob a responsabilidade de um coordenador estrangeiro, morando no país em função deste projeto.

O modelo de gestão por projetos realizados por ONGs não é marca exclusiva de Cabo Verde. As parcerias das ONGs fazem-se presentes em agências internacionais como a ONU e Banco Mundial, não restando dúvidas de suas forças sobre as influências exercidas no cenário e políticas internacionais (Calegari, 2005). Apesar da intenção das Nações Unidas em valorizar (e financiar) as ONGs, sobretudo em África, como medida para contornar os governos corruptos (uma vez que os financiamentos vão direto para as instituições) a crença excessiva no poder de transformação social pelas ONGs tem demonstrado poucos resultados a longo prazo:

É a contradição inerente às organizações do Terceiro Setor: ao mesmo tempo em que tentam remediar os danos do cenário macro-econômico de políticas; propõem políticas públicas; questionam o Estado assumindo parte de suas funções; e são a favor da democracia, protagonismo e empoderamento; não atuam diretamente no cerne da questão

da mudança desse sistema que produz pobreza, injustiça e desigualdade (Calegari, 2005, p. 43).

À semelhança de “projeto”, outro termo abundantemente empregado nas entrevistas de campo é “formação”. Esta designação também aparece com frequência nos planos analisados, em geral, como sinônimo de educação: “melhorar as capacidades das pessoas, promovendo um desenvolvimento integrado do sistema de ensino / formação e facilitando o acesso à educação / formação” (MFPDR, 2002).

Nesse cenário de esvaziamento de sentidos e imposição de significações, é fulcral analisar-se as tênues, porém, abissais, linhas que separam formação de educação. Se por um lado as formações podem empoderar algumas mulheres no sentido de viabilizar construções de gênero alternativas, por outro, ao substituir a possibilidade de uma trajetória de ensino formal, as formações podem limitar acessos futuros ao mercado de trabalho.

Em termos de ações governamentais, o que principalmente alcança as moradoras dos Parques são os projetos e as formações, de modo que as épocas de escassez de projetos podem interferir no diálogo essencialmente pautado por recursos daí advindos. Em que pese este contexto político mais abrangente da substituição de políticas e direito à educação por formações foi possível perceber diversos efeitos da formação na vida das moradoras. Chamam a atenção pelo menos duas dimensões correlacionadas à formação: a relação da formação com o “empoderamento” das mulheres e a relação entre a oferta de formações em relação à educação formal e possibilidades no mercado de trabalho.

Os três parques foram lócus de ofertas de formações diversas, contemplando desde associativismo e gestão de projetos, negociação de conflitos e turismo, até cursos voltados à geração de renda como culinária, artesanato, tecelagem, pecuária, agricultura, cabeleireira e informática.

A principal dificuldade enfrentada por mulheres que receberam as formações diz respeito aos limites de ganhos financeiros resultantes desses empreendimentos. Por exemplo, uma moradora fez formação em artesanato baseado em reciclagem, montou uma pequena oficina em sua casa para a confecção dos produtos e os expõe na loja do parque. Entretanto, estava, na ocasião da pesquisa de campo, há seis meses sem vender uma peça.

Em outro parque, após a formação em artesanato, a direção manteve o salário de quatro jovens para a confecção do artesanato a ser exposto e comercializado no parque. O objetivo do grupo era realizar uma atividade autônoma: “montar o artesanato é o nosso sonho!” (moradora). Entretanto, em entrevista coletiva, ressentiram pelo compromisso temporário do parque, por conta de estarem numa fase de encerramento do projeto. Assim, essas narrativas revelam a fragilidade acerca da possibilidade de ganhos financeiros a partir da formação, seja pela não continuidade de recursos advindos de projetos, pelo tempo delimitado de duração, seja pelo incipiente mercado.

A formação em culinária e transformação de produtos alimentícios (doces) foi mencionada nos três parques. Trata-se de uma formação basicamente para mulheres. Após as formações, surgem as dificuldades, pois inexistia a demanda para esses produtos nas regiões dos parques e entre seus moradores. Tanto o trabalho como cozinheira quanto a venda de doces parecem não fazer sentido quando as famílias já produzem estes alimentos para o seu consumo. Nesse aspecto, cabe lembrar a tentativa de introdução do pequeno comércio de hortaliças em regiões quilombolas no Brasil, transformando em produto comercializável os bens que circulavam à base da reciprocidade e que, mediados pelo dinheiro, não faziam sentido para os moradores (Anjos e Silva, 2004).

O mesmo pode se perceber com o curso para cabeleireiro. Em uma de nossas saídas de campo na região de Serra Malagueta,

nos deparamos com uma senhora, sentada na varanda, penteando e colocando rolos na vizinha. Dulce, com trinta e cinco, vivia na região do parque com os dois filhos menores, sendo que o mais velho vivia com o pai, em Portugal. Ela se apresentou como “chefe de família”. Ao concluir o curso, essa senhora manifestou a sua dificuldade num ganho financeiro como cabeleireira, não obstante seu desejo de montar um salão de beleza:

Muitas pessoas têm formação aqui: formaram um grupo de pessoas em culinária, um grupo em rendas e bordados ... eu fiz o de cabeleireiro. Quando terminei, era o meu sonho, porque gosto muito. Gosto, mas não é possível, porque não tenho dinheiro para montar um salão completo, para comprar equipamentos, luz. (moradora, conselho diretivo da associação de moradores).

A construção do salão marcaria a possibilidade de cobrança acerca de uma atividade que parece estar baseada na reciprocidade entre moradoras. Como nesse momento não vislumbra a possibilidade de construção do salão, essa senhora está no aguardo das festas de fim de ano, quando espera obter maiores rendimentos com os penteados.

Por sua vez, algumas atividades envolvem o deslocamento visando levar os produtos a regiões de maior mercado, assim como para procurar trabalho. No caso de uma doceira entrevistada, estava com uma peça cheia de doces encaixados, pois estes produtos artesanais não eram comprados pelos grandes empreendimentos turísticos, ainda que ela tenha se deslocado para uma ilha com forte presença de hotéis internacionais, com o objetivo de vender seus produtos. Entretanto, para as mulheres com filhos, torna-se difícil trabalhar numa região longínqua ou realizar grandes deslocamentos para a venda de produtos, considerando o escasso transporte e também a pouca oferta e mesmo inexistência de creches e jardins escolares nas regiões rurais – demanda apresentada nos três parques.

Ainda que as formações apontem, de modo geral, para parques ganhos financeiros, elas acabam por contribuir com a ampliação de horizontes de ação dessas mulheres e por possibilitarem alternativas às convenções de gênero. O acúmulo de participação nas formações representou, para algumas mulheres de diferentes parques, uma possibilidade de reconhecimento social com o potencial de afetar os atributos de gênero.

No contexto de uma trilha pelo parque, acompanhadas por Zelinda, quando já estávamos cansadas, veio o estímulo: “podem subir devagar, nós não temos pressa, não temos marido, não temos filhos, somos mulheres independentes!” (funcionária e moradora). No contexto da pesquisa de campo, ela já trabalhava há sete anos como funcionária do parque. Com vinte e cinco anos, solteira, sem filhos, morava com o pai. Num contexto social marcado pela identificação das mulheres à maternidade (Cruz, 2013), foram significativos os depoimentos de mulheres mais jovens com a trajetória de participação em várias formações. As formações podem atuar como uma moeda local para intercambiar lugares de gênero, servindo especificamente como um contraponto à valorização feminina a partir do casamento e da maternidade, possibilitando contatos com redes mais amplas de organizações e oportunidades, tanto para formações quanto para representar os parques em atividades locais, nacionais e/ou internacionais.

Em termos de convenções de gênero, Zelinda compara sua situação a de mulheres da mesma faixa etária: “minhas colegas têm filhos cedo, não têm futuro mais para frente, porque elas têm que trabalhar mais para os filhos. Elas não podem viajar, conhecer um lugar” (funcionária e moradora). Essa foi a trajetória em que foi mais perceptível este efeito da formação em contraponto a uma forma de organização familiar baseada no “comando do marido” e no exercício da maternidade.

Laura, moradora de outro Parque, onde trabalha há três anos, tem uma trajetória similar, entretanto a existência de uma Uni-

versidade nas proximidades e a ajuda que recebe dos irmãos possibilitam a continuidade nos estudos, o qual praticamente aplica todo o salário. Laura tinha vinte e oito anos na altura da pesquisa, solteira, sem filhos, residia com o pai, a mãe e um sobrinho. A sua primeira formação foi em associativismo e antes de passar num concurso para trabalhar no parque fez uma formação para ser monitora nas áreas protegidas, com duração de seis meses, com estágio interilhas. Conclui, orgulhosa, acerca de sua trajetória: “hoje sinto-me uma pessoa realizada (...) Muitas tiveram filhos, não puderam estudar, eu sinto-me orgulhosa por ter conseguido estudar e ter um emprego. Na minha idade a maioria teve filhos ou emigrou” (funcionária e moradora). Mesmo com fragilidades em termos de retornos financeiros, as formações podem alargar o horizonte de possibilidades das mulheres e apresentar alternativas em relação a convenções de gênero.

Outra perspectiva acerca das formações pode ser evidenciada em narrativas de direções de parques, como ilustra o trecho que segue:

Falta experiência e dedicação das mulheres. [...] Pessoas precisam ser capacitadas mais e depende da capacidade de querer, de você se dedicar, pessoas que vão atrás, que querem fazer algo diferente. Estamos fazendo formação na área de cozinha. Tem pessoas que eu influenciei, porém elas dizem que não têm tempo... mas esta pessoa foi para uma formação, é uma cozinheira. Depende da pessoa, de conseguir ver que pode melhorar. O intercâmbio é muito bom. (direção).

Essa narrativa revela uma classificação entre aqueles que “não têm interesse” e aqueles que “correm atrás”, ainda que sob a resistência de moradores a estas classificações: “Na Serra não tem gente preguiçosa. Se tiver trabalho, trabalha-se” (moradora). Sob nova roupagem é invisibilizada a política de “domesticação” instaurada pelo regime colonial, ao mesmo tempo em que reproduz o discurso do colonizador, o qual facilmente designava os

colonizados de “preguiçosos”, “incapazes”, “burros”, ocultando a exploração à qual eram submetidos e justificando a “missão civilizadora” (Moassab, 2012).

Importante reter acerca dessa discussão uma apropriação da noção de empoderamento numa dimensão psicológica em que “não são fatores estruturais como o desemprego [...] que devem ser resolvidos, mas categorias individuais subjetivas como a auto-estima e o auto-respeito de modo a garantir o *empowerment*” (Debert e Gregori, 2008, p. 11). Segundo Debert e Gregori (2008), essa perspectiva encontra eco numa noção de “empoderamento” que caracteriza os atuais “programas para governar excluídos”.

O recorte multifacetado apresentado demonstra que as formações produzem variados efeitos, os quais não podem ser analisados sob um único viés. Contudo, pode-se inferir algumas de suas potencialidades e limites em termos de impactos nas relações de gênero e, igualmente, na relação entre formação, educação e trabalho.

## Trabalho, autotrabalho e microcrédito

Trabalho foi a principal demanda que emergiu do contato com as moradoras e moradores dos parques, sendo que as possibilidades mais apresentadas neste sentido foram o recrutamento para trabalhos esporádicos e/ou o chamado autoemprego, através do microcrédito. O trabalho nos parques é sempre provisório, como já mencionado. O autoemprego é outra possibilidade mencionada por moradores/as. Está diretamente relacionado à busca de crédito, principalmente em Serra Malagueta e Monte Gordo.

O acesso das mulheres ao crédito é apresentado pelo Relatório Combinado do Estado-Parte República de Cabo Verde ao CEDAW como uma “estratégia para a promoção da empregabilidade e a

redução da pobreza” (ICIEG, 2010). A aposta nessa estratégia é socialmente acompanhada de exemplos paradigmáticos acerca da conversão de mulheres da apanha de areia para outras atividades possibilitadas pelo crédito. Este foi o caso de uma senhora da região de Calheta, interior da ilha de Santiago, que estava na apanha de areia para o sustento da família e deixou esta atividade a partir de microcrédito para a venda de recursos agrícolas – ela recebeu o Prêmio Mulher 2010, na França.

Entretanto, esse exemplo contrasta com a situação do crédito nas regiões dos parques, onde podem ser encontrados casos similares, mas, com mais frequência, situações de endividamento popular. Por exemplo, Dona Paulina estava vivenciando uma experiência de endividamento, assim como duas de suas vizinhas, cujas narrativas foram entrecortadas pelo choro e desespero em face da dificuldade de pagamento das dívidas assumidas. Dona Paulina, de trinta e nove anos, vivia com o marido e com os quatro filhos. Ela recebeu crédito para a criação de porcos, conforme o relato que segue:

Fiz projeto de criação de porcos com o parque, mas eu tive que parar com o projeto. Desde o início foi mal feito. Eu estava com prejuízo, então eu tive que parar de criar porcos para poder pagar [o crédito]. É um projeto que deram 130.000\$00 ECV (Escudos de Cabo Verde)<sup>6</sup> para construir pocilgas, para comprar cinco porcos e depois para comprar a alimentação para dar aos porcos. A ração aqui é muito cara, então, eu não estava conseguindo pagar [o crédito] dando comida para os porcos. O juro é muito alto. [...] Ainda não terminei de pagar, porque neste momento não está muito fácil [...] **Eu estava tirando comida dos meus filhos para dar aos porcos**, por isso tive que vender os porcos e pagar o crédito e ainda tenho dívida para pagar. Eu pago, não vou deixar de pagar, mas não posso deixar de dar co-

6 A título de comparação, ECV 130.000\$00 (cento e trinta mil escudos) corresponde a R\$ 4.648,80 (quatro mil, seiscentos e oito reais, oitenta centavos), conforme cotação do Banco Central do Brasil, em 1/05/2015.

mida e escola aos filhos. [...] No projeto disseram que nós tínhamos que construir pocilgas, porque os porcos não poderiam ficar de qualquer maneira, para evitar doenças. Fizemos isso com o dinheiro que tínhamos. Para comprar o cimento, para comprar a areia, tivemos que mandar vir tudo de longe. Por exemplo, um carro de areia para chegar até aqui é cerca de 110.000\$00 ECV conforme o tamanho do caminhão. Para podermos comprar o saco de cimento ao preço que está no mercado, de 790\$00 ECV a 800\$00 ECV, depois temos que pagar 100\$00 ECV para trazer cada saco e depois para pagar o pedreiro e fazer o trabalho. Depois temos que comprar um saco de ração, custava 2.870\$00 ECV. [...] A pessoa que nos fez o projeto é de Praia. Numa altura vieram para fazer uma visita. Eu não estava, mas o meu marido estava e disse para eles **“você criaram um porco no computador, ficaram a aumentar, aumentar e aumentar. Engordaram o porco e pensaram que criar dentro do chiqueiro é o mesmo que no computador”**. [...] Nós não tínhamos ideia que iríamos sofrer tanto assim por causa de um projeto. Isto é muito mal. [...] Para outros tipos de animais, quem sabe, mas para porcos aqui na nossa zona não dá. Ninguém teve uma boa experiência com isso. Em Praia pode dar [...] tomam ração nos restaurantes, mas aqui não. Aquele projeto que está sendo feito na Praia não pode servir para toda região. (moradora).

Esse longo relato sintetiza bem os limites das políticas de micro-crédito, as quais podem muitas vezes acarretar efeitos bastante perversos. Assim como Dona Paulina, duas vizinhas também relataram experiências similares devido à construção de um projeto não amparado no contexto local, marcado pela dificuldade de transporte, elevado preço do material de construção e da ração, e ausência de tradição em criação de porcos numa escala maior.

Em outro parque, conhecemos a história de Dona Hilarina, que já estava no terceiro crédito, sendo o último o de menos valor, 30.000\$00 ECV, quando desabafou, em entrevista concedida às pesquisadoras: “pedi para comprar porcos, mas na realidade é para pagar a escola das crianças!”. Após uma longa experiência com o crédito, percebeu que não estava lucrando, de modo que

decidiu empregar o dinheiro no estudo dos filhos – “os juros são muito altos e a criação de porcos é muito cara!”. Dona Hilarina vive com cinco filhos na região do parque, para onde se deslocou após a experiência de violência conjugal, há cerca de quinze anos atrás.

Essas experiências demonstram os limites das formações e do microcrédito como estratégias de combate à pobreza. Muitas experiências satisfatórias podem ser identificadas, mas estas não podem eclipsar os perversos efeitos de projetos nem sempre amparados na realidade e necessidades locais. Tais casos não podem ser lidos sob a ótica da (in)capacidade local na gestão desses recursos, argumento usual, sobretudo para os fomentadores do microcrédito, mas também de gestores dos parques.

Por fim, há que mencionar a presença de associações de moradores nas regiões dos parques. Em entrevista a uma jovem mulher, liderança de uma associação, foi possível acessar a perspectiva de mulheres do meio rural:

Trabalhei na associação por três anos, onde o objetivo principal era resolver os problemas sociais da comunidade, desenvolver a comunidade, tendo em conta que é comum todas as comunidades rurais enfrentarem problemas e esta não foge à regra. É uma comunidade onde a maior parte de **chefes de famílias são mulheres**. Então, devido aos problemas enfrentados, **sobretudo as mulheres atravessam os problemas**, a associação tinha que tentar **ajudar a comunidade a desenvolver**. (...) Fizemos uma formação para integrar as mulheres, para assumirem a direção da associação, porque **são elas que estão e permanecem na comunidade, são as que mais enfrentam os problemas**. (moradora, líder de associação).

As mulheres com quem interagimos apresentaram demandas por jardins e espaços sociais de cuidados com as crianças, assim como por formação escolar (em todos os níveis de ensino) e por

trabalho. As críticas que fazem às políticas voltadas à redução da pobreza e ao desenvolvimento de Cabo Verde<sup>7</sup> manifestam os limites das políticas amparadas nos “projetos”. Nas palavras de Dona Zulmira: “o primeiro ministro não vem ao interior, fica na cidade rodeado de estrangeiros e prédios e chama Cabo Verde de País de Desenvolvimento Médio!” (moradora, 53 anos).

## Conclusão

Ao longo deste texto, apresentamos dados de campo da pesquisa desenvolvida sobre gênero nas áreas protegidas de Cabo Verde, nos parques naturais da Serra da Malagueta (Ilha de Santiago), do Fogo (Ilha do Fogo) e do Monte Gordo (Ilha de São Nicolau). Primeiramente, destacamos a predominância de projetos na forma de gestão dos parques, na altura da pesquisa, aspecto que, na experiência das moradoras dessas áreas protegidas, foi traduzida na oferta de formações e de microcréditos.

Abordamos, especificamente, a interseccionalidade entre gênero e pobreza, ou seja, sobre as políticas voltadas às mulheres do meio rural tendo em vista uma redução da pobreza. Sugerimos que as políticas ofertadas às mulheres pobres, a título de “empoderamento”, acabam por ter o efeito de um endividamento das mesmas, acirrando as desigualdades sociais e, em alguma medida, atuando como um dispositivo de “desempoderamento” (Crenshaw, 2002). Esse aspecto indica a pertinência de uma análise das interseccionalidades nas políticas públicas. No caso em pauta, da relação entre gênero e pobreza e da persistência de uma “colonialidade do poder” em políticas voltadas às mulheres do meio rural cabo-verdiano.

7 Sobre a predominância de uma gramática do “desenvolvimento” para as lutas por reconhecimento e de garantia dos direitos de igualdade de gênero em Cabo Verde, consultar (Vieira, 2013).

## Referências Bibliográficas

ANJOS, José Carlos e SILVA, Sérgio Baptista da. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: territorialidade e ancestralidade negra*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

BARRETO, Margarida. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Revista Horizontes Antropológicos* (09), n. 20, Porto Alegre, pp. 15-29.

CALEGARE, Marcelo. *A Transformação Social no Discurso de uma Organização do Terceiro Setor*. São Paulo: USP, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Revista Estudos Feministas* (10), n. 1, Florianópolis, UFSC, 2002, pp. 171-188.

CRUZ, Carmem Helena Carvalho da. *Concepções de maternidades e paternidades no interior de Santiago*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Social (Dissertação de Mestrado). Praia, Universidade de Cabo Verde, 2013.

DEBERT, Guita Grin, GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

INSTITUTO CABO-VERDIANO DA IGUALDADE E DA EQUIDADE DE GÊNERO. *Perfil Gênero no Sector Agrário*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2008.

INSTITUTO CABO-VERDIANO DA IGUALDADE E DA EQUIDADE DE GÊNERO. *Relatórios submetidos pelos Estados-Partes em conformidade com o Artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de toda as formas de Discriminação contra as Mulheres. Relatório Combinado do Estado-Parte República de Cabo Verde*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *Perfil da pobreza: quem são e onde estão os pobres em Cabo Verde*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2004. Disponível em <www.ine.cv>. Acesso em 30/10/10.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *III Recenseamento geral da população e habitação do ano 2010*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2011.

LOBO, Andréa de Souza. *Tão longe, tão perto: organização familiar e emigração feminina na ilha da Boa Vista, Cabo Verde*. Programa de Pós-Graduação em An-

tropologia Social (Tese de Doutorado). Brasília, Universidade de Brasília, 2006.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. *Revista Tabula Rasa*. Bogotá, Colômbia, nº 9, pp. 73-101, jul-dez, 2008.

MINISTÉRIO DE AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS DE CABO VERDE. *Reconhecimento Agrícola*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2004.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE. *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2002.

MOASSAB, Andréia. Território e Identidade em Cabo Verde. In: LIMA, Aluísio. *Paralaxes do Contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012. pp.141-165.

MOASSAB, Andréia; VIEIRA, Miriam Steffen. *Análise de gênero nas áreas protegidas de Cabo Verde*. Relatório de consultoria para a Rede de Parlamentares para o Ambiente, Luta Contra a Desertificação e a Pobreza, do Parlamento cabo-verdiano e Nações Unidas. Praia, dezembro de 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, pp. 227-278.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99, 1995.

SOUZA, Maria Verúcia. Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Rural. *Encontro Internacional as Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Praia: Universidade de Cabo Verde. Apresentação em Painel Acadêmico, 2010.

VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e em Cabo Verde. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, n. 1, pp. 90-96, janeiro/abril 2013.

Recebido em 20/01/2016

Aprovado em 20/05/2016

